

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N° DE 2008
(do Sr . Vanderlei Macris)**

Solicita sejam requeridas informações à Senhora Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República sobre a "base de dados em fase de digitação para alimentação do Suprim - Sistema de Suprimento de Fundos que visa unicamente organizar os dados relativos aos gastos com suprimento de fundos desde 1998 até hoje".

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações à Sra. Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República sobre a "base de dados em fase de digitação para alimentação do Suprim [Sistema de Suprimento de Fundos], que visa unicamente organizar os dados relativos aos gastos com suprimento de fundos desde 1998 até hoje", conforme Nota Oficial:

- 1) Quais as bases de dados existentes para o controle de gastos com suprimentos de fundos de cartão corporativo do Governo Federal? Quais os levantamentos e metodologia utilizados na implementação e organização dos dados?
- 2) Responsáveis pelo desenvolvimento e manutenção da base de dados a que se refere a pergunta 1.
- 3) Data do início da elaboração e/ou implementação, e alimentação com as devidas informações da "base de dados em fase de digitação para alimentação do Suprim [Sistema de Suprimento de Fundos], que visa unicamente organizar os dados relativos aos gastos com suprimento de fundos desde 1998 até hoje".
- 4) Nomes dos responsáveis pela coordenação dos trabalhos e respectiva lotação funcional, nomes dos digitadores e demais membros da equipe de trabalho, bem como respectivo nível de acesso de cada um.
- 5) Sala ou local de trabalho da equipe responsável pelos levantamentos e digitação dos dados.
- 6) Localização da base de dados (equipamento onde encontra-se armazenada a base de dados) e do servidor.
- 7) Quais os locais ou de qual rede, remota ou local, podem ser acessados os dados da referida base?

- 8) Localização do computador ou computadores onde está sendo realizada a digitação dos dados desde o início dos trabalhos até a presente data.
- 9) O número de patrimônio dos equipamentos, computadores, e outros onde estão sendo implantados os dados, bem como o endereço lógico dos computares na rede. Esses equipamentos e o banco de dados estão ligados à rede de informática da Presidência da República ou outra? São vinculados à Casa Civil ou outros órgãos da Presidência da República?
- 10) Qual o volume atual de dados inseridos no banco de dados até a presente data? Inclui dados apenas de cartão corporativo ou outros? Os dados incluídos na base de dados são todos de acesso público, ou também incluem dados reservados e sigilosos?
- 11) O referido banco de dados dispõe de programação para impressão de relatórios? Qual a ferramenta ou software no qual a referida base foi desenvolvida?
- 12) Qual o sistema operacional e o aplicativo utilizados na implantação e manutenção do banco de dados? O acesso aos mesmos requer identidade e senha dos usuários para *login/logout*?
- 13) Solicito a listagem dos registros de *login/logout* do banco de dados desde a implantação até a presente data.
- 14) O referido sistema utilizado para o armazenamento das informações dispõe de sistema automático de *backup* (cópia de segurança)? Em caso afirmativo, qual a periodicidade (dias, semanas, mês) da sua realização? Qual o local de armazenamento (guarda) das referidas cópias de segurança.

JUSTIFICAÇÃO

A Agência Brasil divulgou a seguinte notícia no dia 28 de março de 2008:

"Matéria sobre elaboração de dossiê sobre cartões corporativos é maliciosa, diz Casa Civil

Carolina Pimentel - Repórter da Agência Brasil

Brasília - Em nota oficial, a Casa Civil da Presidência da República negou, mais uma vez, ter organizado um dossiê sobre gastos com cartões corporativos na gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. A Casa Civil classificou de maliciosa a matéria do jornal Folha de S.Paulo de hoje (28) que aponta a secretária-executiva do órgão, Erenice Guerra, como a pessoa que ordenou a elaboração do suposto dossiê.

"A matéria, de forma maliciosa, dá a entender que a secretária-executiva, Erenice Guerra, teria assumido a responsabilidade de 'organizar processo de despesas de FHC, isentando a chefe (no caso, a ministra Dilma Rousseff) de ter tomado a decisão'. Isso não é verdade. Se 'processo de despesas de FHC', nas palavras do jornal, é sinônimo para dossiê, a secretária-executiva nunca assumiu

essa responsabilidade pelo simples fato de que nunca existiu qualquer dossiê", diz a nota.

A Casa Civil insiste que não existe dossiê, mas "fragmentos de uma base de dados em fase de digitação para alimentação do Suprim [Sistema de Suprimento de Fundos], que visa unicamente organizar os dados relativos aos gastos com suprimento de fundos desde 1998 até hoje".

Na nota, a Casa Civil destaca a abertura de uma comissão de sindicância para apurar o vazamento das informações consideradas sigilosas e nega que a secretária Erenice Guerra tenha convocado reunião com técnicos para elaborar o suposto dossiê, como afirma a matéria da Folha de S.Paulo."

A seguir a íntegra da Nota divulgada pela Casa Civil em 28 de março de 2008:

"1. Com relação à matéria de capa da Folha, de 28/03, a Casa Civil reafirma que, em momento algum, organizou qualquer dossiê com denúncias sobre o uso de cartões corporativos e contas tipo B no governo anterior. O que o jornal insiste em chamar de dossiê são fragmentos de uma base de dados em fase de digitação para alimentação do SUPRIM-, que visa unicamente organizar os dados relativos aos gastos com suprimento de fundos desde 1998 até hoje, fato já explicado em nota de 22/03. Trata-se de uma ferramenta de gestão e não de um dossiê.

2. O vazamento desses fragmentos da base de dados para a imprensa é lamentável. Algumas das informações estão cobertas por sigilo e sua divulgação contraria a legislação vigente. Por isso mesmo, a Casa Civil instituiu comissão de sindicância para apurar o episódio, composta por funcionários estáveis da Advocacia Geral da União, da Controladoria Geral da União e da própria Casa Civil.

3. A matéria, de forma maliciosa, dá a entender que a secretária-executiva, Erenice Guerra, teria assumido a responsabilidade de "organizar processo de despesas de FHC, isentando a chefe (no caso, a ministra Dilma Rousseff) de ter tomado a decisão". Isso não é verdade. Se "processo de despesas de FHC", nas palavras do jornal, é sinônimo para dossiê, a secretária-executiva nunca assumiu essa responsabilidade pelo simples fato de que nunca existiu qualquer dossiê. Se a expressão anterior refere-se à alimentação de base de dados do SUPRIM, não haveria motivo para a insinuação maldosa. Afinal, trata-se de uma ferramenta de gestão cuja supervisão é competência institucional da Secretaria-Executiva, na forma do regulamento que disciplina as competências da Casa Civil.

4. Quanto à suposta reunião, que segundo a Folha, teria sido convocada pela secretária-executiva com "membros da secretaria de Administração, da Secretaria de Controle Interno da Presidência e de outras áreas da Casa Civil", para organizar uma força-tarefa para

produzir o chamado dossiê, a Casa Civil afirma peremptoriamente que tal reunião nunca ocorreu.
Casa Civil da Presidência da República."

As informações que ora requeremos são de fundamental importância ao cumprimento de nossas atribuições constitucionais.

Sala das Sessões, em 02 de abril de 2008.

Deputado VANDERLEI MACRIS